

AMB e a Conferência de Segurança Pública

“Segurança e Cidadania: participe desta mudança”, este é o subtítulo que o Governo Federal deu à primeira Conferência Nacional de Segurança Pública, que acontecerá entre os dias 27 e 30 de agosto deste ano.

Nós que fazemos a AMB compreendemos que este é um passo importante em direção à democratização do debate em torno da Segurança Pública no Brasil nas esferas estadual, municipal e federal. É também o reconhecimento de que a sociedade civil organizada tem o direito e a competência de, além de debater, propor e formular políticas que contribuam com os gestores na concretização de um novo modelo de Segurança Pública inclusiva para o Brasil.

Também acreditamos que este é um ótimo espaço para debater o tema da violência contra as mulheres, exigindo a implementação da Lei Maria da Penha e de seu aparato físico e judicial, para que ela “saia do papel”. Queremos colaborar para que este espaço possibilite a construção de uma política de segurança pública cidadã, com garantia aos direitos humanos de todas as pessoas, independente de raça, credo, gênero e classe social.

Durante o processo de formação com as militantes do comitê político, a AMB pautou a discussão sobre segurança pública. No primeiro encontro, em abril de 2007, decidimos investir em nossa participação no II Encontro Nacional de Direitos Humanos, cujo tema foi “Segurança Pública e Acesso a Justiça”, com a meta de trazer à tona o debate sobre a violência contra as mulheres e a implementação da Lei Maria da Penha e analisar, sob viés das questões de gênero e raça, as propostas do então recém lançado o PRONASCI – Programa Nacional de Segurança Pública e Cidadania.

Na ocasião, realizamos a Oficina “Discutindo Segurança Pública, Justiça e Direitos Humanos com perspectiva de gênero e raça”, em parceria com FNDH, INESC, IBASE e CFEMEA. Esta reunião contou com representantes do comitê político da AMB de 11 estados do Brasil e com as Advogadas feministas do nosso grupo de referência no debate da Lei Maria da Penha, além de outras organizações e movimentos convidados.

A convergência desta reunião nos permitiu identificar que o programa tinha avançado muito pouco no enfrentamento ao racismo e ao sexismo, sem pautar nenhuma medida de

combate ao racismo institucional. No que tange à questão de gênero o quadro era também grave, devido ao conteúdo simbólico por trás do projeto central do Programa, o “Mães da Paz” que *“prevê a capacitação de mulheres para identificar jovens e adolescentes de 15 a 29 anos em situação infracional ou em conflito com a lei, para sua inclusão e participação em programas sociais de promoção da cidadania”*.

Fizemos duras críticas ao projeto, que partia de uma concepção extremamente conservadora e essencialista, institucionalizando a figura da mulher-mãe como a cuidadora, responsável por cuidar e educar, e, neste caso, também persuadir infratores. Em nenhum momento, o texto do projeto deu conta da desigualdade de gênero e da situação de risco que as mulheres enfrentam em contextos de criminalidade, nem tampouco previa qualquer item que estabelecesse mecanismos de proteção capazes de resguardar a vida destas mulheres, que, para cumprir com efetividade a meta do projeto deveriam transitar nas linhas de fogo em ambientes de violência extrema.

Entre estes problemas de fundo, ainda destacamos a necessidade de se especificar as ações de enfrentamento à Violência contra as mulheres e a implementação da Lei Maria da Penha. O que constava no Pronasci em relação à Lei era um programa de capacitação e a criação de juzizados, sem nenhum detalhamento de ações, estratégias e contextos. Previa ainda a construção de centros de reabilitação dos agressores, em detrimento das casas-abrigo e centro de referência para o atendimento das mulheres vítimas. Para nós da AMB, esta inversão é na verdade uma nova forma neopatriarcal de opressão as mulheres. Prioridade para o homem/agressor em detrimento da mulher/vítima.

Logo após o II Encontro Nacional de Direitos Humanos, construímos uma carta ao Ministério da Justiça, expondo nossas críticas e propostas em relação ao Pronasci. Também participamos de reuniões com o Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Políticas para a Mulher, e com as mulheres mães de jovens que foram vítimas da violência - e outros movimentos de repúdio à violência urbana - para debatermos o conteúdo do Projeto Mães da Paz. Não conseguimos avançar em nossa proposta nestas reuniões. A única intervenção possível foi a modificação do nome do Projeto que passou a se chamar Mulheres da Paz, mas a concepção original manteve-se.

Este é um grande desafio para nosso movimento: disputar nas conferências de Segurança Pública e de Direitos humanos um conceito de segurança pública que pense estas políticas de forma mais inclusiva, apresentando ações que realmente combatam a violência contra as mulheres.

Não admitimos que a pobreza e vulnerabilidade das mulheres as submetam a permanecer num programa que, em troca de uma bolsa de 90 reais, as expõe como alvos em potencial nos territórios de conflitos do narcotráfico, onde estas também residem. Pois esta condição de escudo humano é a principal implicação do projeto “Mulheres da Paz” que já está sendo implementado, por exemplo, no Rio de Janeiro.

Mulheres da Paz, Território da Paz: Que Paz é esta que é proposta pelo Pronasci?

Esta Paz nos interessa? Precisamos criticar e disputar a concepção de “Paz”. Por que para nós mulheres, como dizem as feministas da Colômbia, não nos cabe defender “ Nem uma guerra que nos mate, nem uma paz que nos oprima!”

Durante o processo de formação em Violência contra as mulheres (abril de 2007 a maio de 2008), que discutiu a violência contra as mulheres nos diversos contextos nacionais: urbano, rural, comunidades tradicionais (indígenas, Quilombolas e Ribeirinhas) e áreas de conflito agudo, constatamos que as políticas públicas quase não chegam a áreas sitiadas por desigualdades econômicas, isolamento geográfico ou bolsões de criminalidade.

E, no que diz respeito às políticas públicas de segurança e de enfrentamento a violência contra as mulheres, não é diferente. Ouvimos vários relatos das mulheres sobre estas dificuldades. Mesmo o contexto urbano é problemático, sobretudo em regiões de favelas e das comunidades periféricas subjugadas pelo poderio dos circuitos criminosos, onde passam a vigorar novos códigos de sobrevivência que se sobrepõem às leis ditadas pelo Estado.

Estamos mais do que convencidas de que urge o investimento político do Estado Brasileiro na garantia das políticas e dos serviços de atendimento às mulheres vítimas de violência, considerando-se a diversidade dos contextos nacionais, reconhecendo que no

contexto urbano, a violência **doméstica e de gênero** é também muito presente na vida destas mulheres.

Para nós, está posto o desafio de elaborar novas estratégias de combate à violência contra as mulheres, aprofundando as dimensões teóricas e políticas para este enfrentamento, para incidir formulando, propondo monitorando e denunciando a falta de vontade política como também, participando, levando a nossa voz aos espaços das conferências, não só das mulheres, mas nas conferências que tratam de questões que são objeto da nossa luta e não priorizam nas suas propostas as dimensões de classe, gênero, raça e etnia, nem tampouco garantem as dotações orçamentárias para a implementação com qualidade destas políticas.

No caso das políticas voltadas para o combate à violência contra as mulheres - passem - O recurso que estava orçado para o projeto Mães da Paz, é o mesmo dotado para a implementação da Lei Maria da Penha.

A AMB resolveu, portanto montar uma estratégia de confronto da proposta do Pronasci e a concepção de Segurança Pública a ser disputada na Conferência Nacional de Direitos Humanos e Conferência Nacional de Segurança Pública.

A nossa estratégia é problematizar estes conceitos, tanto nas conferências municipais, como nas estaduais e na Nacional. Não precisamos estar na coordenação das conferências, mas precisamos estar com as nossas propostas na mão e fazer bastante barulho, nos articulando aos outros movimentos.

Parte desta estratégia vem da compilação da síntese do debate sobre segurança pública x Violência contra as mulheres ocorrido durante o processo de Formação da AMB; das propostas surgidas durante as videoconferências; dos resultados dos balanços estaduais da implementação da Lei Maria da Penha; do encontro estadual sobre violência contra as mulheres, realizado pelo Fórum de Mulheres de Pernambuco e do II encontro Nacional de Direitos Humanos, considerando também os diálogos feitos com outros movimentos, transformando-as num Manifesto político intitulado: **“Não me venha com promessas de políticas! O amanhã é Hoje”**.

Lançamos este manifesto no 25 de novembro de 2008 e com ele trabalhamos durante a mobilização na Conferência de Direitos Humanos. Novamente, será com ele que nos mobilizaremos na Conferência de Segurança Pública, tanto nos municípios e no

Estado, quanto na Conferência Nacional. O manifesto foi construído para as duas conferências por que estas trouxeram como tema central a questão da Violência.

Por fim, precisamos ficar em Alerta! Neste debate é preciso ter cuidado para não perdemos o foco da Violência contra as mulheres, reduzindo esta problemática a um problema da Segurança Pública. Vai além de um problema da Segurança Pública, pois suas origens são mais profundas.

As mulheres também são violadas fora de casa, nas ruas e praças, mas não podemos esquecer que a violência contra as mulheres está na raiz do patriarcado, da cultura machista que faz com que os homens se coloquem como os “donos” das mulheres, da sua sexualidade e dos seus desejos, principalmente nas relações afetivo-conjugais. Por isso, é preciso que em nossas ações políticas haja a fundamental articulação dos elementos simbólicos de uma contra-cultura feminista, na construção de uma resistência à cultura hegemônica capaz de provocar mudanças de mentalidades e estabelecimento de um diálogo que proporcione a compreensão dos direitos humanos das mulheres. Esta tem sido a nossa prática. A prática da AMB. Então a idéia é esta VAMOS FAZER BARULHO, vamos problematizar, se articular, debater, disputar e fazer bastante barulho.

Analba Brazão Teixeira